

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR CONSELHEIRO PRESIDENTE DO TRIBUNAL
DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS (TCE/MG)**

Processo n. 1088878

À Secretaria da 1ª Câmara

ALOISO DA SILVA MOREIRA, já qualificado nos autos em epígrafe, vem
respeitosamente a presença de V.Exa. para apresentar os seguintes
esclarecimentos, conforme se segue:

1- SÍNTESE DA REPRESENTAÇÃO:

O representado foi notificado para apresentar sua defesa sobre eventuais
irregularidades apontadas no relatório técnico do TCE (peças 27 e 28 do SGAP),
referente ao Processo Licitatório PMI/SMA/SUCON n. 123/2015/ Concorrência
Pública PMI/SMA/SUCON de n. 006/2015.

Segundo o relatório técnico, houve as seguintes falhas no referido
procedimento licitatório:

- a) Ausência de planejamento da Administração Municipal: violação aos
Princípios da Legalidade, da Moralidade e da Motivação (Violação do art. 7º, §
3º da Lei Federal de n. 8.666/1993 e do art. 1º, § da Lei Complementar n.
101/2000);
- b) Ausência de estimativa do impacto orçamentário-financeiro da
contratação (violação do art. 16, caput, incisos I e II da Lei Complementar n.
101/2000;
- c) Assunção de despesa no final do mandato sem disponibilidade de caixa
(violação do art. 42 da Lei Complementar n. 101/2000);

d) Existência de cláusula restritiva – Disponibilização do Edital apenas na sede da Prefeitura Municipal (violação aos Princípios da Publicidade e da Impessoalidade (art. 8º, §1º, inciso IV, e §2º da Lei Federal n. 12.527/2011, Lei de Acesso à Informação);

e) Fraude à licitação – Direcionamento da Concorrência n. 006/2015 para a empresa Eicon – Controle Inteligente de Negócios Ltda (violação ao art. 37, inciso XXI da CR/88, ao art. 3º, *caput* e §1º, inciso I da Lei Federal n. 8.666/1993).

O representado responde por todas as eventuais irregularidades apontadas.

Conforme se verá a seguir, a presente representação trata-se de um equívoco, **tendo toda a contratação observado os estritos comandos legais, não havendo mácula no procedimento e, muito menos, participação do representado em qualquer tipo de ilicitude.**

2- DOS FATOS E FUNDAMENTOS:

2.1- DO DECRETO DE CALAMIDADE FINANCEIRA NO MUNICÍPIO DE ITABIRA/ EQUILIBRIO DAS RECEITAS E DESPESAS:

A crise econômica de 2015 não era uma hipótese, mas sim uma realidade que exigia remédios amargos que consistiram na criação do REFIS (Programa de Refinanciamento dos Débitos das Pessoas Físicas e Jurídicas Inadimplentes) em 02/09/2015, no Decreto de Calamidade Financeira de n. 3.426/2015 em 10/09/2015, e na fomentação da JUCOF (Junta de Conciliação Orçamentária e Fiscal).

O Decreto de Calamidade Financeira criou o Gabinete de Crise através da redação do seu art. 4º, além de versar também sobre licitação; sobre horário de funcionamento das repartições públicas; sobre exoneração de cargos comissionados; sobre equacionamento das receitas e despesas próprias...

O Gabinete de Crise era composto pelo Prefeito e pelos Secretários das Secretarias de Governo, de Planejamento e Gestão, da Fazenda, da de Auditoria

Interna e Controladoria, de Administração e Procuradoria Geral do Município, e a sua competência consistia, dentre outras prerrogativas, nas seguintes:

- a) Na competência exclusiva para intervir nas demais Secretarias do Município a fim de que promovessem os ajustes necessários dos respectivos orçamentos (art. 4º);
- b) Na competência exclusiva para expressamente autorizar ou proibir a administração direta e indireta de realizar quaisquer despesas a serem custeadas com recursos próprios do Município (art. 5º);
- c) Na competência exclusiva para autorizar ou proibir a realização de convênios com a União e o Estado de Minas Gerais que demandassem, em contrapartida, recursos financeiros do Município (art. 7º);
- d) Na competência exclusiva para promover a exoneração de cargos comissionados, rescindir contratos temporários de prestação de serviços ou contratos de outra natureza, por força de interesse público, ressaltando a permanência do mínimo necessário e essencial ao funcionamento dos serviços públicos no âmbito da administração municipal (art. 10º).

O Gabinete de Crise fomentou a JUCOF (Junta de Conciliação Orçamento e Fiscalização), que por sua vez era composta por servidores públicos das Secretarias de Governo, de Planejamento e Gestão; da Fazenda; de Auditoria Interna e Controladoria; de Administração e Procuradoria Geral do Município. **A sua tarefa era de auxiliá-lo tecnicamente nas decisões que tomava.**

2.2- A REDUÇÃO DO ORÇAMENTO EM VIRTUDE DA CRISE BRASILEIRA E ESTADUAL DE 2015/ IMPLANTAÇÃO DO REFIS:

A principal fonte de renda do Município de Itabira é a extração de minério de ferro feita pela Vale S/A nas minas de Cauê, Conceição e Periquito.

O orçamento de 2015 do Município foi de R\$ 525.000.000,00 (quinhentos e vinte e cinco milhões de reais), já que existia a expectativa da tonelada do minério de ferro, naquele ano, ser vendida a U\$ 177,40 (cento e setenta e sete reais e quarenta centavos).



Porém a tonelada do minério de ferro, em 2015, foi vendida a U\$ 50,00 (cinquenta dólares), diminuindo assim a arrecadação de royalties Cfem e de outros impostos ligados diretamente e indiretamente a esta commodity (matéria prima).

Isto fez com que o orçamento do Município fosse reduzido em R\$ 100.000.000,00 (cem milhões de reais), isto é, de R\$ 525.000.000,00 (quinhentos e vinte e cinco milhões de reais) para R\$ 425.000.000,00 (quatrocentos e vinte cinco milhões de reais).

Ressalte-se que a arrecadação foi negativa no 3ª e 4ª bimestres de 2015, conforme abaixo demonstrado:

BIMESTRE	META DE ARRECADAÇÃO	RECEITA ARRECADADA	DIFERENÇA
3º	R\$ 78.829.836,00	R\$ 73.170.694,79	R\$ 5.659.141,21
4º	R\$ 83.606.969,00	R\$ 66.960.395,63	R\$ 16.646.573,37

A crise econômica que assolava o Brasil, o Estado de Minas Gerais e a cidade Itabira em 2015 exigia dos administradores públicos a adoção de medidas com o fito que as despesas fossem adequadamente equacionadas a receita em constante queda, caso contrário, os serviços essenciais da população seriam prestados deficitariamente e/ ou até mesmo paralisados.

O representado, após ter tomado posse em 13/04/2015 (Decreto anexo) como Secretário de Fazenda, constatou que o Município tinha para receber R\$ 217.000.000,00 (duzentos e dezessete milhões) a título de dívida ativa. Só os dez maiores contribuintes (pessoas físicas e jurídicas) deviam R\$ 160.197.088,21 (cento e sessenta milhões, cento e noventa e sete mil e oitenta e oito reais, e vinte um centavo).

Como medida emergencial de equilíbrio das suas contas, o Município de Itabira, através da Lei de n. 4.838 de 02/09/2015, criou o REFIS (Programa de Refinanciamento dos Débitos das Pessoas Físicas e Jurídicas Inadimplentes), a fim de que fosse arrecadado pelo menos o valor de R\$ 160.197.088,21 (cento e sessenta milhões, cento e noventa e sete mil e oitenta e oito reais e vinte um centavo).

Não obstante o REFIS ter sido amplamente divulgado através da imprensa escrita e falada, e de todos os contribuintes (grandes e pequenos) terem sido notificados a respeito da existência dos respectivos débitos. Sendo ainda lhes informado as seguintes contrapartidas oferecidas pela Prefeitura Municipal de Itabira:

- Prazo de vigência de 03/09/15 até 30/12/15, para atender a dívidas de contribuintes vencidas até 31/12/15;

- Redução total ou 100% do valor das multas e dos juros de mora para pagamento a vista das dívidas

- Redução da metade ou 50% da multa e dos juros de mora para parcelamento das dívidas em até 60 (sessenta) meses ou 5 (cinco) anos.

Obs: Vide anexo II (Lei Municipal n. 4.838 DE 02/09/15 do REFIS)/ Vide anexo III (Exemplo de Panfleto utilizado para publicação do REFIS)

O Município conseguiu recuperar apenas R\$ 2.492.391,79 (dois milhões, quatrocentos e noventa e dois mil, trezentos e noventa um reais, e setenta e nove centavo), o que representa o percentual de 1,56% em relação ao potencial mínimo acima citado de R\$ 160.197.088,21 (cento e sessenta milhões, cento e noventa e sete mil e oitenta e oito reais e vinte um centavo).

2.3- CONTRATAÇÃO DA FERRAMENTA GIEX (HIGIENIZAÇÃO E CADASTRO DE CONTRIBUÍNTES INADIMPLENTES):

O processo licitatório de n. 123/2015 teve começo no início do ano de 2015. O seu objeto consistia na aquisição de ferramenta que proporcionaria a cobrança judicial da dívida ativa do Município, isto é, na implantação de Sistema Integrado de Gestão de Recuperação de Ativos, com Saneamento dos Cadastros de Contribuintes Interligados da cobrança de Dívida dos contribuintes inadimplentes (Pessoas Físicas e Jurídicas).

O Gabinete de Crise do Município, através do representado, decidiu em 02/12/2015 paralisar o processo licitatório em comento (documento anexo), já que tinha a expectativa de arrecadar até 29/04/2016, através do REFIS, o valor mínimo de R\$ 160.197.088,21 (cento e sessenta milhões, cento e noventa e sete mil, oitenta e oito reais e vinte um centavo). Este valor cobriria o déficit de R\$ 100.000.000,00 (cem milhões de reais) do orçamento de 2015.

Do valor estimado do REFIS de R\$ 160.197.088,21 (cento e sessenta milhões, cento e noventa e sete mil, oitenta e oito reais, e vinte um centavo), foi

arrecadado ao final apenas R\$ 2.492.391,79 (dois milhões, quatrocentos e noventa e dois mil, trezentos e noventa um reais, e setenta e nove centavo).

A crise financeira se estendeu para 2016 em virtude do déficit no orçamento de 2015. O Gabinete de Crise, através do representado, fez uma reavaliação do serviço objeto da licitação de n. 123/2015 e do cenário econômico geral daquela época, chegando à seguinte conclusão:

O Município tinha que se tornar menos vulnerável quanto a queda do repasse dos recursos vinculados ao Governo Estadual, Federal e da CFEM (Contribuição Financeira da Exploração Mineral), e para isto era necessária a modernização dos Processos e Ferramentas de Tributação e Arrecadação de Impostos, Taxas e Contribuições para reforçar as Receitas de Recursos Livres do Município.

O GIEX (Higienização e Cadastro de Contribuintes Inadimplentes) era a ferramenta ideal a consecução deste objetivo, vez que o valor a ser cobrado pela EICON, isto é o preço (valor global) de R\$ 1.152.000,00 (um milhão cento e cinquenta e dois mil reais) representava 0,72 % do valor a ser recebido dos contribuintes cuja dívida ativa era R\$ 217.000.000,00 (duzentos e dezessete milhões reais).

Então o Gabinete de Crise, através do representado, decidiu em meados de 2016 retomar o processo licitatório paralisado em 02/12/2015 (documento anexo), através da visita técnica do Superintendente do Contencioso Municipal Leandro Abranches Martins a Prefeitura Municipal da cidade de São Bernardo do Campo, já que a EICON Auditoria e Consultoria prestavam o mesmo serviço lá.

A sua conclusão foi a seguinte: "O que é apresentado como diferencial no sistema é a grande capacidade de absorver diferentes bases de dados, facilitando a higienização do cadastro. Essa absorção evitaria o trabalho manual de digitação de informações para abastecer o cadastro e faria os cruzamentos de dados. Pensamos que um cadastro confiável e bem alimentado de variadas informações agiliza o contato com os contribuintes e facilita as cobranças, evitando dispêndio de tempo, bem como de recursos materiais e humanos desnecessariamente. Um bom cadastro também é bastante útil, para não dizer necessário às secretarias de ação social, saúde e educação, tanto para formulação como implementação de suas políticas públicas. No tocante a PGM temos que, principalmente, o aperfeiçoamento do cadastro, além do uso de ferramentas de

acompanhamento processual no âmbito judicial e de protestos serão de grande valia. Contudo, recomendamos que na apresentação do serviço prevista no bojo do processo licitatório tenham participação de servidores da secretaria de fazenda e do DEPIN a fim de avaliarem o serviço e verificarem se não há sobreposição de contratações com outros sistemas eventualmente contratados."

2.4- DO TRÂMITE E LEGALIDADE DO PROCESSO DE LICITAÇÃO N. 123/2015:

O processo de licitação de n. 123/ 2015 seguiu o seguinte tramite legal:

a) As seguintes empresas **encaminharam orçamentos preliminares para Paulo Henrique Gomes Figueiredo, Secretário da Fazenda que antecedeu o representado no cargo** (documentação anexa):

a.1) GIEXONLINE GESTÃO DE NEGÓCIO LTDA, em 15/04/2015, encaminhou proposta no valor de R\$ 1.416.000,00 (um milhão quatrocentos e dezesseis reais);

a.2) ALLBRAX CONSULTORIA E SOLUÇÕES EM INFORMATICA, em 15/04/2015 encaminhou proposta no valor de R\$ 1.453.200,00 (um milhão quatrocentos e cinquenta e três mil e duzentos reais);

a.3) CECAN CONSULTORIA ECONÔMICA, CONTÁBIL E ADMISNITRATIVA MUNICIPAL LTDA, em 15/04/2015 encaminhou proposta no valor de R\$ 1.444.800,00 (um milhão quatrocentos e quarenta e quatro mil e oitocentos reais).

b) Em 28/04/2015, através do ofício 78/2015 SMF/GAB, o representado solicitou ao Nilo Grisolia Rosa, Superintendente de Contratos, **que fosse realizada a contratação de qualquer empresa, desde que respeitados as cláusulas do Edital de Licitação**, contemplando ainda a implantação, treinamento, suporte, manutenção, saneamento e consolidação do cadastro do Sistema Integrado de gestão da recuperação e consolidação dos cadastros e controle integrado da cobrança, sob a forma de licenciamento de uso temporário, visando a gestão integrada dos cadastros da dívida e da cobrança, sincronizando aos cadastros da administração, com todas as suas funcionalidades em ambiente WEB (documento anexo).

Observação: Nilo Grisolia Rosa, como Superintendente de Contratos, estava hierarquicamente subordinado a Secretaria Municipal de Administração. Sendo também membro presidente da Comissão de Licitação do Município de Itabira (Decreto n. 3.360 de 10/08/2015).

c) Em 10/07/2015 foi encaminhado termo de referência, com o fito de que fosse justificada a contratação da prestação de serviço descrita na "letra b". Este documento trazia a descrição do seu objeto, das suas características, fazes de implantação, período de duração e valor (documento anexo);

De modo que é injustificada a informação do Ministério Público quanto aos seguintes fatos:

- Ausência de planejamento da Administração Municipal: violação aos Princípios da Legalidade, da Moralidade e da Motivação (Violação do art. 7º, § 3º da Lei Federal de n. 8.666/1993 e do art. 1º, § da Lei Complementar n. 101/2000);
- Ausência de estimativa do impacto orçamentário-financeiro da contratação.

Tendo em vista que a reavaliação feita pelo Município, no que tange ao quadro econômico de 2015 e concomitantemente ao GIEX como ferramenta de recuperação da dívida ativa dos seus Contribuintes, lhe levou, repisa-se, a esta conclusão:

Tinha que se tornar menos vulnerável quanto a redução dos recursos vinculados dos Governo Estadual, Federal e da CFEM (Contribuição Financeira da Exploração Mineral), e para isto era necessária a modernização dos Processos e Ferramentas de Tributação e Arrecadação de Impostos, Taxas e Contribuições para reforçar as Receitas de Recursos Livres do Município.

Sendo o GIEX (Higienização e de Cadastro de Contribuintes Inadimplentes) a ferramenta ideal a consecução deste objetivo, vez que o valor cobrado pela EICON, isto é o preço (valor global) de R\$ 1.152.000,00 (um milhão cento e cinquenta e dois mil reais) representava 0,72 % do valor a ser recebido dos contribuintes cuja dívida ativa era R\$ 217.000.000,00 (duzentos e dezessete milhões reais).

Tanto é que o Superintendente do Contencioso Municipal Leandro Abranches Martins, após visita técnica feita nos dias 26 e 27 de julho de 2016 a

Prefeitura Municipal de São Bernardo do Campo, chegou à conclusão de que tal ferramenta, bem usada, amenizaria, e muito, a dívida ativa do Município.

d) Na data de 17/09/2015, Nilo Grisolia Rosa, Superintendente de Contratos, encaminhou ao Procurador Geral do Município Alfredo Lage Drummond o ofício de n. 0445 PMI/ SMA/ Superintendência de Contratos. **Pedia neste documento para que fosse apreciado o processo de licitação de n. 123/2015 (documento anexo).**

Observação: Nilo Grisolia Rosa, como Superintendente de Contratos, estava hierarquicamente subordinado a Secretaria Municipal de Administração. Sendo também membro presidente da Comissão de Licitação do Município de Itabira (Decreto n. 3.360 de 10/08/2015).

e) Na data de 23/09/2015 foi dado o seguinte parecer pelo Procurador Geral do Município: **"As despesas foram autorizadas pelo JUCOF (Junta de Conciliação Orçamento e Fiscalização) às fls. 13/ 14 deste autos. No Edital, ora em análise, encontram-se as garantias financeiras, no valor estimado do contrato. Tendo em vista que estão presentes todos os requisitos necessários para a modalidade de licitação escolhida, opina esta Procuradoria Geral pelo prosseguimento do feito, entretanto, como não se encontra nos autos a justificativa para exclusão de empresas consorciadas, a secretaria gestora deverá justificar essa exclusão"** (documento anexo).

Portanto é apócrifa a informação do Ministério Público de que a licitação foi feita sem a correspondente provisão de despesa, isto é, **de orçamento, em virtude da JUCOF (Junta de Conciliação Orçamento e Fiscalização), justa esta fomentada pelo Gabinete de Crise, ter autorizado a contratação do serviço objeto da licitação de n. 123/ 2015 (ff. 13/ 14) (documento anexo).**

Cumprе esclarecer, no que se refere ao aspecto orçamentário e financeiro, **que o Município, através dos orçamentos preliminares feitos com as empresas elencadas na "letra a" deste item, chegou à conclusão de que o valor inicial da prestação do serviço seria de R\$ 1.152.000,00 (um milhão cento e cinquenta e dois mil reais). Isto, portanto, permitiu-lhe prevê-lo na Lei Orçamentária Anual de 2015, e assim utilizá-lo, caso necessário, para quitar o serviço prestado pela empresa vencedora nos meses de novembro e dezembro de 2015.**

f) Em 24/09/2015, o Secretário Municipal de Auditoria Interna e Controladoria Gilberto Guerra Fontes, confeccionou parecer técnico no qual concluiu que **"Assim considerando que o Processo em tela encontra-se instruído pelos ditames da Lei 8.666/93, bem como, há concordância da Procuradoria Jurídica, e ainda, pela análise feita pela esta Secretaria, somos favoráveis ao prosseguimento do processo, desde que: Seja atendida ressalva da Procuradoria Jurídica Geral; Seja anexada ao processo a demonstração de receita para fazer frente às despesas do Contrato, ou seja, demonstração de disponibilidade orçamentária para cobrir, dando assim cumprimento aos preceitos legais previstos na Lei 8.666/93 e na Lei de Responsabilidade Fiscal"** (documento anexo).

g) O representado, através do ofício seplan n. 0171/2015 e do ofício n. 135/ 2015- SMF/ GAB, informou o seguinte:

g.1) Ofício seplan n. 0171/2015: Informou em 23/10/2015 que as despesas com o objeto da licitação de n. 123/2015 **"estava adequada na Lei Orçamentária Anual de 2015 e compatível com o Plano Plurianual e com a Lei de Diretrizes Orçamentárias"** (documento anexo);

g.2) Ofício n. 135/ 2015- SMF/ GAB: Informou em 24/09/2015 que **"sugeriu a vedação da participação de consórcios nesta licitação, sob o aspecto técnico, há que se esclarecer que a metodologia adotada para execução dos serviços, conforme se observa no termo de referência da licitação, não encerra complexidade técnica que justifique a assunção contratual por empresas em regime de consórcio; não demandando agregação expertise entre as diversas empresas para sua execução, ou seja, os serviços poderão ser executados com segurança por apenas uma empresa do ramo que venha a atender os requisitos de qualificação técnica. Entendemos que a inadmissão de empresas em consórcio no presente certame atenderá com maior eficiência o interesse público."**

h) Edital do Processo Licitatório de n. 123/2015/ Concorrência Pública PMI SMA/ SUCON N. 006/ 2016 feito em 26/10/2015 (documento anexo).

i) Autorização de publicação do Aviso de Licitação da Concorrência Pública PMI SMA/ SUCON N. 006/ 2016/ Edital do Processo Licitatório de n. 123/2015 em 26/10/2015 no Diário Oficial da União, no Jornal Hoje em Dia e no Diário de Itabira (documento anexo).

j) Edital do Processo Licitatório de n. 123/2015/ Concorrência Pública PMI SMA/ SUCON N. 006/ 2016 feito em 27/10/2015 (documento anexo), cujas cláusulas 2.2 e 2.3 esclareceram o seguinte (documento anexo):

2.2- É vedada a participação de consorcio ou grupo de empresas nacionais ou estrangeiras ou forma assemelhada.

2.3- O edital de licitação estará à disposição dos interessados na Superintendência de Contratos, situada a Av. Carlos de Paula Andrade, n. 135, Centro em Itabira/MG, CEP 35900-206, tel. (0**31) 3839-2518, fax: 3839-2110, no horário de 12 às 17 h., após o cumprimento do disposto no item 2.5.1.

k) **As seguintes empresas obtiveram cópias do Processo Licitatório de n. 123/2015/ Concorrência Pública PMI SMA/ SUCON N. 006/ 2016, em virtude da publicidade lhes dada em 26/10/2016 no Diário Oficial da União, Jornal Hoje em Dia e Diário Oficial de Itabira:**

k.1) SIGCORB TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO LTDA em 09/11/2015 (documento anexo);

k.2) GIEXONLINE GESTÃO DE NEGÓCIO LTDA em 06/11/2015 (documento anexo);

k.3) Totvs S/A em 04/11/2015 (documento anexo);

k.4) EICON CONTROLES INTELIGENTES DE NEGÓCIOS LTDA EM 29/10/2015 (documento anexo).

l) Esclarecimento solicitado pela GIEXONLINE GESTÃO DE NEGÓCIO LTDA em 06/11/2015 (documentação anexa): **"Entendemos que o número de usuários pode ser ilimitado, entretanto, qual o número de leitores biométricos pretendidos pela Administração, uma vez que nem todos os usuários necessitam de acesso biométrico para acessar o sistema. - É correto nosso entendimento que precisamos do número de usuários que necessitam do acesso biométrico?"** (documento anexo)

m) O representando, através do ofício de n. 518 PMI/ SMA/ Superintendência de Contratos de 24/11/2015, que por sua vez é endereçado ao Nilo Grisolia Rosa, Superintendente de Contratos, **responde aos esclarecimentos solicitados pela GIEXONLINE GESTÃO DE NEGÓCIO LTDA (documento anexo).**

Observação: Nilo Grisolia Rosa, como Superintendente de Contratos, estava hierarquicamente subordinado a Secretaria Municipal de Administração. Sendo também membro presidente da Comissão de Licitação do Município de Itabira (Decreto n. 3.360 de 10/08/2015).

n) Em 27/11/2015, a comissão permanente de licitação, através da ata da reunião de recebimento/ Julgamento de propostas do Processo Licitatório de n. 123/2015/ Concorrência Pública PMI SMA/ SUCON N. 006/ 2016, informou que **"foi aberto o envelope contendo documentação exigida para fins de habilitação da licitante primeira classificada e analisando o mesmo, a empresa Eicon Controles Inteligentes de Negócios Ltda, foi habilitada nesta fase. Analisando a proposta da primeira classificada, Eicon Controles Inteligentes de Negócios Ltda, no valor de global de R\$ 1.152.000,00 (um milhão, cento e cinquenta e dois mil reais), vinculados ao prazo de 12 (doze) meses, bem como os documentos de habilitação da mesma, foi considerada a proposta aceitável e compatível com os preços de mercado e a empresa hábil à contratação..."** (documento anexa)

o) Na data de 02/12/2015, o representado, através do ofício n. 179/2015-SMF/ GAB de 02/12/2015, solicitou ao Nilo Grisolia Rosa, Superintendente de Contratos, **a paralização do Processo Licitatório de n. n. 123/2015/ Concorrência Pública PMI SMA/ SUCON N. 006/ 2016. A paralização foi justificada pela dificuldade orçamentária em executar o seu objeto..."** (documento anexo)

Observação: Nilo Grisolia Rosa, como Superintendente de Contratos, estava hierarquicamente subordinado a Secretaria Municipal de Administração. Sendo também membro presidente da Comissão de Licitação do Município de Itabira (Decreto n. 3.360 de 10/08/2015).

o) Conforme narrado no item 1.3, **o Gabinete de Crise, por intermédio do representado, decidiu por bem dar continuidade no processo licitatório interrompido desde 02/12/2015.** E para isto enviou o Superintendente de Contencioso Municipal Leandro Abranches Martins para uma visita técnica, entre os dias 26 e 27 de julho de 2016, a Prefeitura Municipal de São Bernardo do Campo.

A sua conclusão foi a seguinte: **"O que é apresentado como diferencial no sistema é a grande capacidade de absorver diferentes bases de dados, facilitando a higienização do cadastro. Essa absorção evitaria o trabalho manual de digitação de informações para abastecer o cadastro e faria os**

cruzamentos de dados. Pensamos que um cadastro confiável e bem alimentado de variadas informações agiliza o contato com os contribuintes e facilita as cobranças, evitando dispêndio de tempo, bem como de recursos materiais e humanos desnecessariamente. Um bom cadastro também é bastante útil, para não dizer necessário às secretarias de ação social, saúde e educação, tanto para formulação como implementação de suas políticas públicas. No tocante a PGM temos que, principalmente, o aperfeiçoamento do cadastro, além do uso de ferramentas de acompanhamento processual no âmbito judicial e de protestos serão de grande valia. Contudo, recomendamos que na apresentação do serviço prevista no bojo do processo licitatório tenham participação de servidores da secretaria de fazenda e do DEPIN a fim de avaliarem o serviço e verificarem se não há sobreposição de contratações com outros sistemas eventualmente contratados.” (Relatório de visita técnica de 29/07/2015/ documento anexo).

p) Bruna Paula de Souza, Superintendente de Contratos em exercício, **era hierarquicamente subordinada à Secretaria de Administração**. O representado, em virtude disto, enviou ofício a ela na data de 29/07/2016, no qual lhe informava a retomada do processo licitatório PMI/ SMA/ SUCON de n. 123/2015. Concorrência Pública PMI SMA/ SUCON N. 006/ 2016 (Documento anexo).

Foi informado no mesmo ofício **“que o processo seguiria com gerenciamento e deveria seguir dotação orçamentária da Procuradoria Geral do Município.”**

Observação: Foi solicitada a dotação orçamentária da Procuradoria Jurídica Geral do Município **em virtude da sua competência para promover “a promoção da cobrança judicial da dívida ativa do município ou de quaisquer outras dividas que não forem liquidadas nos prazos legais”, na forma prevista no inciso II da seção II da Lei 4.693 de 10/06/2014.**

q) Em 09/08/2016, Renata Carine Oliveira Rosa, Superintendente de Contratos em exercício, **que também era hierarquicamente subordinada a Secretaria Municipal de Administração**, autorizou a publicação na data de 10/08/2016 do Aviso de Demonstração das funcionalidades do Sistema, conforme item 6, do Anexo I- Termo de Referência da Concorrência no Jornal Diário de Itabira (Documento anexo).

Observação: A data e o local onde aconteceria a demonstração das funcionalidades foi feita no Diário da União, no Jornal Hoje em Dia e no Diário Oficial de Itabira (documentação anexa).

r) Relatório da apresentação acontecida 11/08/2016 no auditório da Prefeitura Municipal de Itabira, no que concerne as funcionalidades e requisitos do Sistema GLEX (documentação anexa);

Observação: O local e horário da apresentação supra informada foram publicados no Diário Oficial da União, no Jornal Hoje em Dia e no Jornal Oficial de Itabira de 10/08/2016.

s) Termo de Adjudicação da prestação de serviço objeto do Processo Licitatório de n. 123/2015/ Concorrência Pública PMI SMA/ SUCON N. 006/ 2016, que por sua vez foi assinado em 16/08/2016 pelo Secretário de Administração Marco Túlio Moura Máximo (documento anexo).

t) Relatório da Procuradoria Jurídica do Município de 16/08/2020, no qual conclui que a Secretaria da Fazenda é competente para avaliar a pertinência da homologação do Processo Licitatório de n. 123/2015/ Concorrência Pública PMI SMA/ SUCON N. 006/ 2016 (documento anexo);

u) Parecer da Auditoria e Controladoria assinado pelo seu Secretário Gilberto Guerra Fontes em 19/08/2016, no qual concluiu o seguinte: "Pelo exposto, considerando o parecer exarado pela Procuradoria Geral do Município quanto a legalidade do ato, manifesta-se esta secretaria pela possibilidade de homologação do processo licitatório, ficando a decisão do mérito acerca da conveniência e oportunidade a cargo da autoridade competente."

v) Em 22/08/2016, Nilo Grisolia Rosa, Superintendente de Contratos, autorizou a publicação, na data de 23/08/2016, da homologação do Processo Licitatório de n. 123/2015/ Concorrência Pública PMI SMA/ SUCON N. 006/ 2016 (Documento anexo).

x) Termo de Adjudicação da prestação de serviço objeto do Processo Licitatório de n. 123/2015/ Concorrência Pública PMI SMA/ SUCON N. 006/ 2016, que por sua vez foi assinado em 22/08/2016 pelo Secretário de Administração Marco Túlio Moura Máximo (documento anexo).

z) Na data de 23/09/2016, o representado, conjuntamente com Marco Túlio Moura Máximo (Secretário de Administração) e Alfredo Lage Drummond

(Procurador Geral do Município), **assina o contrato de prestação de serviço com a EICON Controles Inteligentes de Negócios Ltda (documento anexo).**

2.5- DA REVOGAÇÃO E ANULAÇÃO DO PROCEDIMENTO LICITATÓRIO:

Não obstante ter ficado sobejamente demonstrado no item 2.4 que o **Processo Licitatório de n. 123/2015/ Concorrência Pública PMI SMA/ SUCON N. 006/ 2016** transcorreu dentro de nítida legalidade.

Insta informar que o Secretário de Administração Marco Túlio Moura Máximo tinha toda autonomia para revogação e anulação do procedimento, por ser a **"autoridade máxima"** neste assunto, na forma prescrita no art. 2º do Decreto n. 2.320 de 31 de julho de 2014.

Oportuna a sua transcrição:

Art. 2º do Decreto n. 2.320/ 2014- Para fins da Lei de Licitações fica nomeado como autoridade superior, nos Convites, nas Tomadas de Preços, Concorrência, Pregão, Concurso, nas inexigibilidades e dispensas, o Secretário Municipal de Administração.

Parágrafo único- A autoridade Superior exercerá as seguintes competências:

- I- Julgamento de recursos administrativos, em segunda instância administrativa;
- II- Homologação e adjudicação;
- III- Revogação e anulação do procedimento.

Quanto que a Comissão Permanente de Licitação, composta em 10 de agosto de 2015 por Nilo Grisolia Rosa- Presidente, Robson Mendes Felix e Job Martins da Costa (Decreto n. 3.360), tinha competência, em face da complexidade ou especificidade do objeto, **para solicitar a constituição de Comissão Especial, ou a inclusão de elemento com conhecimentos apropriados, para proceder o exame e julgamento das propostas (Art. 3º do Decreto 3.360 de 10/08/2015).**



Portanto, conclui-se, que não existia qualquer ilegalidade que maculasse o processo licitatório, caso contrário o Secretário de Administração na época da sua homologação tinha utilizado das suas prerrogativas.

Importante informar ainda que a Comissão Permanente de Licitação não careceu de constituir uma comissão especial para acompanhá-lo, mas fez o contrário, mediante a confecção de pareceres que lhes foram favoráveis, conforme demonstrado no item 2.4.

2.6- DA IMPUGNAÇÃO ESPECÍFICA DOS FATOS IMPUTADOS AO REPRESENTADO:

2.6.A- EXISTÊNCIA DE CLÁUSULA RESTRITIVA/ DISPONIBILIZAÇÃO DO EDITAL APENAS NA SEDE DA PREFEITURA MUNICIPAL:

O relatório informa que o Edital esteve disponível apenas na sede da Prefeitura.

O Ministério Público está equivocado, em virtude de ter sido autorizada a publicação em 26/10/2015 do Aviso de Licitação da Concorrência Pública PMI SMA/ SUCON N. 006/ 2016/ Edital do Processo Licitatório de n. 123/2015. A mesma aconteceu no Diário Oficial da União, no Jornal Hoje em Dia e no Diário de Itabira (documentação anexa), vindo assim a cumprir a sua finalidade.

Tendo em vista que as empresas abaixo elencadas, ao preço de R\$ 50,00 (cinquenta reais), adquiriram o Edital de Licitação no prédio da Prefeitura Municipal de Itabira:

- SIGCORB TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO LTDA em 09/11/2015 (documento anexo);

- GIEXONLINE GESTÃO DE NEGÓCIO LTDA em 06/11/2015 (documento anexo);

- TOTVS S/A em 04/11/2015 (Documento anexo);

- EICON CONTROLES INTELIGENTES DE NEGÓCIOS LTDA EM 29/10/2015.

Cumpre salientar que a Lei 8.666/93, em seu art. 21, § 1º, apenas define que o aviso publicado conterà a indicação do local em que os interessados poderão ler e obter o texto integral do edital e todas as informações sobre a licitação, ou seja, a publicação integral ou não deste não traz qualquer prejuízo.

Sendo assim, cabe a cada órgão a definição da forma de disponibilização.

De mais a mais, não houve nenhuma impugnação dessa cláusula, mostrando que referida cláusula não restringiu o caráter competitivo.

Portanto, a previsão editalíssima não feriu a legislação em vigor.

E por falar em legislação, há projetos de lei em tramitação no Congresso que visam a obrigatoriedade das pessoas jurídicas de direito público a publicar editais de licitação – com todos os anexos – na rede mundial de computadores, mas por enquanto apenas projetos, não lei.

Importante ressaltar também que qualquer empresa interessada poderia solicitar a qualquer pessoa, empregado da empresa ou não, como por exemplo um office boy, a retirada do edital, ou seja, sem nenhuma necessidade de prévia identificação das empresas interessadas em participar da licitação. E ainda, não exigia que a pessoa portasse procuração para tanto, ou seja, qualquer cidadão poderá adquirir o edital.

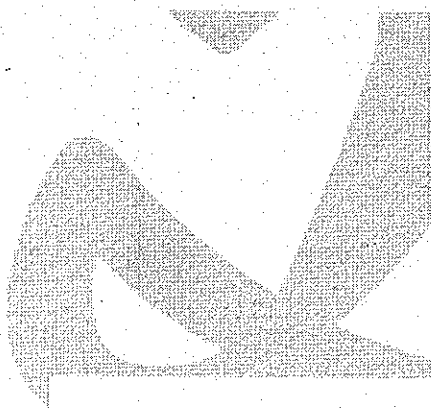
Ademais, se por exemplo, uma empresa retirasse o edital, poderia muito bem disponibilizá-lo para quem bem entendesse, até mesmo outras empresas interessadas na licitação, eis que, não havia no edital obrigação que a empresa adquira o edital para participar do certame, o que sim poderia representar uma ilegalidade.

2.6.B – DA EXISTÊNCIA DE CLÁUSULA RESTRITIVA – PAGAMENTO DE TAXA PARA CÓPIA DO EDITAL:

Importante, inicialmente, citar o § 5º do art. 32 da Lei 8.666/1993 que estabelece o seguinte:

§ 5º do art. 32 da Lei 8.666/1993- Não se exigirá, para habilitação de que trata este artigo, prévio recolhimento de taxas ou emolumentos, salvo os referentes a fornecimento do edital, quando solicitado, com os seus elementos constitutivos, limitados ao valor do custo efetivo de reprodução gráfica da documentação fornecida.

Marçal Justin Filho, em seu livro Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos, página 656, 16ª edição, faz a seguinte ponderação a respeito do § 5º do art. 32 da Lei 8.666/1993:



Também foram proscritas taxas e outros emolumentos. Somente se admite a cobrança de taxa remuneratória do custo de documentos fornecidos. Ainda assim, somente e se e quando a aquisição de tais documentos seja solicitada. Para participar na licitação também é inválido tornar obrigatória a aquisição de pastas, cadernos etc. Ou seja, a expressão 'quando solicitado' deve interpretar-se em favor do particular. É a ele que cabe a faculdade de solicitar o fornecimento do edital. Não é possível que o próprio edital imponha a compra do edital. Obviamente, se tal ocorresse, não haveria 'solicitação', mas uma espécie de pré-qualificação' para participar da licitação. Isso ofenderia aos princípios fundamentais regedores da licitação.

A jurisprudência é pacífica ao admitir a possibilidade da cobrança pela retirada do edital quando o preço se restrinja ao valor da reprodução gráfica para não prejudicar o princípio da competitividade do certame. Como exemplo citem-se os **Acórdãos TCU 2.605/2012-Plenário 10.992/2011-2ª Câmara, 354/2008-Plenário e 3.056/2008-1ª Câmara**.

O TCU já decidiu também que a aquisição do edital não deve estar condicionada ao prévio cadastramento do interessado na licitação na forma decidida no **Acórdão 1.264/2010-TCU-Plenário**, o que não há no presente caso, pois, conforme dito alhures, uma empresa poderia solicitar o edital, pagar a taxa

de reprodução gráfica e repassar o mesmo edital para outras empresas, sem necessidade de prévio cadastramento.

No caso vertente, resta configurado que a cobrança de R\$ 50,00 (cinquenta reais) equivalia aos custos de reprodução gráfica, pois se trata de um edital com grande número de folhas, assim como os anexos, vários, e também numerosos, ou seja, o valor é condizente com a quantidade de cópias.

Destaca-se que o edital não exigiu à exigência de comparecimento à sede da prefeitura para obtenção do Edital, ou seja, qualquer empresa poderia mandar qualquer pessoa, funcionário ou não, para pegar o edital e mandar para quem quisesse.

Não há, portanto, qualquer procedimento que veio a ferir a legislação em vigor ou que tenha restringido o caráter competitivo.

2.6.C- DA ALEGADA FRAUDE A LICITAÇÃO:

Segundo a representação, foram constatados fatos que supostamente teriam direcionado a licitação para a empresa EICON. Sem razão novamente.

Não foi encontrada qualquer exigência no Edital no que concerne ao objeto ou técnica/ financeira que remetesse a licitação para a empresa EICON.

Conforme narrado no item 2.6.a, o Edital foi retirado na sede da Prefeitura de Itabira por empresas até mesmo fora do Estado de Minas Gerais, e nenhuma delas, qualquer outra empresa ou cidadão (a) que tomou conhecimento de tal documento impugnou possível cláusula restritiva ou de direcionamento da licitação.

Assim não há o porquê de falar em direcionamento de licitação se outras empresas que poderiam participar do procedimento o quiseram. Sendo que, certamente, se existisse alguma mácula de direcionamento, haveria concomitante impugnação.

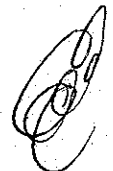
A propósito, Maria Cecília Mendes Borges, Procuradora do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, assim também asseverou nos autos da Denúncia n. 802.384, de relatoria do Conselheiro Sebastião Helvécio: **“No caso em tela, como as exigências foram consideradas legítimas, o comparecimento de apenas um licitante não constitui por si só impedimento para a contratação.”** (Revista do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, ano 18, n. 4, Belo Horizonte, 2010, p. 251).

Sobre o tema já decidiu o egrégio Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo: Ação Civil Pública – Licitação – Alegação de nulidade, em virtude de apenas uma licitante ter permanecido no certame - Ausência de demonstração de prejuízo ao erário ou infringência aos princípios da legalidade e da moralidade administrativa - Sentença de improcedência da ação - Desprovemento do recurso. (TJSP, Ap. 0058643-78.2005.8.26.0000 (antigo 400.554.5/2-00), 4a C. de Direito Público, Rel. Des. Osvaldo Magalhães, j. 22.8.2011, registro 29.8.2011).

Dessa forma, demonstrado que o Edital, com cláusulas legais, devidamente divulgado, e sem nenhuma impugnação não pode dar ensejo a interpretação de que houve direcionamento da licitação pelo fato de apenas uma empresa ter participado, ou seja, o desinteresse de outras empresas não pode ser motivo para impedir a continuidade no procedimento.

Lembrando que nos autos consta inclusive manifestação do Ministério Público do Estado de Minas Gerais atestando que “não foi possível encontrar no termo de referência informações que levassem a indícios de direcionamento para uma determinada empresa.”

Assim, refuta-se a tese de irregularidade do edital pelo fato de apenas uma empresa ter participado do procedimento licitatório.



2.6.D – ORDEM CRONOLÓGICA DOS ATOS ADMINISTRATIVOS:

Segundo a representação, a ordem cronológica dos atos administrativos realizados na fase interna é incompatível com os procedimentos regulares adotados em Licitações, pois, os orçamentos apresentados na cotação de preços, em 15/04/2015, contaram com informações minuciosas sobre o detalhamento do objeto, contudo, o Termo de Referência só foi elaborado apenas em 10/07/2015.

Apesar da eloquente afirmativa, percebemos que não há, em momento algum, citação de dispositivo legal que teria sido infringido através do fato da cotação de preço ser em data anterior ao termo de referência. E isso, por um simples motivo, não existe no ordenamento jurídico brasileiro essa obrigatoriedade da cotação vim após o termo de referência.

A bem da verdade, muito pelo contrário, a cotação de preço tem um importante elemento que deve ser colocado no termo de referência, qual seja, a estimativa, o valor máximo que o órgão público irá gastar naquela contratação.

Então, além de não representar nenhuma ilicitude, principalmente, não possuir o mínimo de fundamento o fato do termo de referência ter sido formado em momento posterior a cotação de preço ter direcionado a licitação para uma determinada empresa, temos sim, que pela lógica, pela obrigatoriedade legal de constar no termo de referência a estimativa de preço para contratação, que a atitude da administração foi escorreita.

Ainda nesse tópico, importante frisar que o representado que ora apresenta o presente esclarecimento não possui qualquer responsabilidade na confecção do termo de referência e na coleta de preços, sendo funções estas de outros servidores e que fogem ou fugiam de suas respectivas atribuições.



**2.6.E- DETALHAMENTO DO OBJETO REALIZADO
EXCLUSIVAMENTE PELA SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA:**

Consta na representação a suposição de que o fato de o objeto ter sido realizado unicamente pela Secretaria Municipal da Fazenda, contribuiu para o direcionamento da licitação à empresa EICON.

Mais uma vez insta afirmar que não há qualquer sentido ne tal acusação.

Primeiro, recorda-se o que foi escrito acima, ou seja, quatro empresas no mínimo solicitaram o Edital e não realizaram nenhuma impugnação. Nem o próprio Ministério Público Estadual encontrou cláusulas de direcionamento da licitação.

Segundo, por toda decisão, inclusive a de fazer primeiro o REFIS para depois retomar o processo licitatório, ter sido tomada de forma colegiada no Gabinete de Crise, de modo que o representado executava apenas o que tinha sido decidido lá.

2.6.F- OUTROS ÓRGÃOS PÚBLICOS TEREM REALIZADOS LICITAÇÃO COM O MESMO OBJETO E EMPRESA DO GRUPO ECONÔMICO DA EICON TER SIDO CONTRATADA COMO ÚNICA LICITANTE:

Nobre Julgador, qual a irregularidade da Secretaria Municipal da Fazenda ter usado o mesmo detalhamento utilizado por outros órgãos públicos? Absolutamente nenhuma. Ora, se a secretaria de uma cidade A publica o Edital da compra de um determinado medicamento, outras secretarias de outras cidades estariam impedidas de realizarem a compra do mesmo medicamento? Evidentemente que não.

E no processo sob discussão, importante frisar que é um sistema integrado de gestão que pode ser utilizado em condição de igualdade por qualquer interessado na área pública.

Dessa forma, não existe qualquer indício de ilegalidade ou irregularidade na especificação do objeto.

Do mesmo jeito, percebe-se que nos autos que a contratação foi realizada com motivação, justificativas, sem violar a lei ou à moralidade administrativa, buscando melhorar a questão do patrimônio público mediante melhoria da arrecadação.

Assim, repeti-se novamente, se naquele momento, por conveniência e oportunidade das despesas públicas, que pertencia a Secretaria da Fazenda, ela entendeu por bem realizar a contratação, e se esta configura lícita, não há motivos para imaginar irregular ou ilícita a contratação porque outros órgãos públicos realizaram licitação com objeto parecido. **E nesse sentido, vale a pena lembrar que pelo menos quatro empresas tiveram acesso ao edital e nenhuma dessas empresas impugnou qualquer cláusula no sentido de direcionamento ou limitação de disputa, e ainda, sequer o Ministério Público Estadual encontrou cláusula nesse sentido.**

2.6.G- OUTROS TRIBUNAIS RECONHECERAM A RESTRIÇÃO À COMPETITIVIDADE DAS LICITAÇÕES QUE ENSEJARAM A CONTRATAÇÃO DA EICON:

Trata-se de uma afirmativa vaga e imprecisa. Quais outros tribunais? Quais licitações? Quais Editais? Quais decisões?

Tem que ter em mente, com o devido respeito, que a licitação sob comento e o contrato dela resultante, a Administração Municipal atuou com base nos critérios da legalidade, conveniência e oportunidade das despesas públicas. Não há registro em contrário. A ausência de impugnação do Edital reforça ainda mais tal tese. Se por algum motivo a empresa Eicon foi a única que participou, tal fato não representa qualquer vício.

E se de fato algum tribunal entendeu pela restrição de competitividade de alguma licitação que ensejou a contratação da Eicon, é muito simples fazer um comparativo, que chega a ser banal, para afirmar que no presente caso também houve restrição ou direcionamento de licitação.

Afirmações como essa deveria vir acompanhadas de um profundo estudo para demonstrar primeiramente da identificação dos tribunais. Depois, a identificação da similaridade dos Editais, e por fim, e principalmente, a identificação de cláusula ou termo ilegal, de restrição ou direcionamento da licitação.

2.6.H- O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ JÁ RECONHECEU A ATUAÇÃO CONJUNTA DAS EMPRESAS EICON, ALBRAX E GIEXONLINE PARA OBTER FAVORECIMENTO ILEGAL EM LICITAÇÕES:

Nessa afirmativa, pelo menos há a identificação do Tribunal. Mas Muito pouco, na verdade, inservível para representar vício no processo.

Novamente, não trouxe aos autos o edital e o estudo para demonstrar similaridade entre as licitações. No caso sob exame, repita-se, outras empresas tiveram acesso ao edital e não impugnaram o processo.

A Albrax e a Giexonline terem apresentado orçamentos não pode induzir a qualquer ilegalidade.

Definitivamente, a realidade do procedimento licitatório demonstra que não houve comprometimento da competitividade a partir do momento que houve ampla divulgação do certame, sendo que, nos termos do já retro defendido, as empresas não participaram por falta de interesse comercial.

É válido aqui registrar novamente que, se o Tribunal do Paraná reconheceu eventual vício em um determinado processo, sem a identificação desses vícios, sem qualquer informação mais concreta que tais vícios voltaram

a se repetir no presente caso, por outro lado, o rigoroso Ministério Público Estadual, analisando especificamente a licitação que comentamos, concluiu, em sua manifestação, a ausência de qualquer cláusula restritiva, ou melhor, ausência de qualquer "indícios de direcionamento para uma determinada empresa".

2.6.1 – EM PELO MENOS DEZESSEIS CASOS, NOS ÚLTIMOS SETE ANOS, A EMPRESA EICON FOI A ÚNICA LICITANTE HABILITADA E A VENCEDORA DE LICITAÇÕES PARA A CONTRATAÇÃO DE SOFTWARE REALIZADAS PELOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DE MINAS GERAIS:

Antes de mais nada, cumpre repetir novamente que o Analista de Controle Externo afirmou, em análise da presente licitação, que há comprovação nos autos **"de retirada do edital na sede da Prefeitura de Itabira por empresas do Estado de São Paulo e de Belo Horizonte, pgs. 150 a 158 da Peça 09, mediante recibo impresso, assinado por Representante das empresas, e pagamento de Guia de Arrecadação."**

Portanto, incontroverso que pelo menos 04 empresas tiveram acesso ao edital, e ainda assim, não houve impugnação da licitação, de eventuais cláusulas restritivas.

Por outro lado, se a empresa Eicon foi a única que compareceu, não podem, por tal motivo, os representados serem responsabilizados, eis que, inexistente mácula no Edital, e os representados não são responsáveis por inexistir interesse de outras empresas.

Não é só. Além das 853 prefeituras existentes no Estado de Minas Gerais, temos centenas de outros órgãos, autarquias, fundações públicas, conselhos de classe, etc., que necessitam da compra de software. Ou seja, é muito simplório, num universo tão grande, afirmar que em 16 prefeituras a Eicon foi a única participante. Por outras palavras, se tal fato representar indício de fraude, o que refutamos por completa ausência de vícios no Edital, tinha que ter uma análise

mais profunda, iniciando pela comparação de um número maior de órgãos públicos, não apenas 16, e ainda, assim, com a identificação, semelhança, em cada uma desses órgãos, da exigência editalícia que levou a Eicon ser supostamente a única empresa com condições de participar das licitações.

2.6.J– EM OUTRO CONTRATO CELEBRADO ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE ITABIRA E A EICON, NÃO HOUE O DETALHAMENTO DO OBJETO EM CONSONÂNCIA AOS SETORES TÉCNICOS COMPETENTES, A EMPRESA ALBRAX TAMBÉM PARTICIPOU DA COTAÇÃO DE PREÇOS E O CONTRATO FOI CELEBRADO, EM QUE PESE A MANIFESTAÇÃO CONTRÁRIA DO DEPARTAMENTO DE INFORMÁTICA:

Nesse tópico, nota-se, primeiramente, que não há qualquer menção de irregularidade no presente processo licitatório.

Faz menção a um outro processo, a um outro contrato celebrado entre a Prefeitura de Itabira e a empresa Eicon. Mas também não se tem nenhuma crítica de eventual irregularidade havida no outro citado contrato. Diz apenas que a empresa Albrax também participou da cotação de preços e houve manifestação contrária do departamento de informática.

Mais uma vez, não se observa qualquer fraude, qualquer ilícito pelo fato de uma empresa ter realizado a cotação de preços em mais de um procedimento licitatório, sobretudo quando se tem que os preços coletados estão condizentes com os preços praticados no mercado e, que a cotação foi realizada junto a empresa que presta serviços no ramo daqueles buscado pelo órgão público.

Nesse sentido, toma-se, por exemplo, a compra de combustível para abastecimento da frota pública, ou seja, se um determinado posto de combustível "A", que cotou os preços para a aquisição de gasolina, estaria o mesmo impedido de cotar os preços para a aquisição de diesel? No mesmo exemplo, estaríamos diante de algum ilícito se tanto na compra da gasolina, como na do diesel, tivéssemos uma mesma empresa vencedora? Obviamente

que as respostas para ambas as indagações são negativas, e por isso pode-se afirmar que não possui o menor cabimento a alegação de ilegalidade no processo licitatório pelo fato de em duas contratações diversas ter tido a mesma empresa vencedora e ter realizado a cotação com a mesma empresa.

Tem se ainda que pode ser importante sim o Secretário ouvir setores de sua pasta quando da definição do objeto, definição da contratação, e isso aconteceu no presente caso. **Conforme alhures narrado no item 2.1 da presente defesa, o Gabinete de Crise, tecnicamente assessorado pela JUCOF (Junta de Conciliação Orçamento e Fiscalização), decidiu de forma colegiada pela retomada do processo licitatório.**

Entretanto, é certo o posicionamento de que ele não está vinculado a uma ou outra opinião. Se o conjunto de fatores, das necessidades de sua secretaria, levar ao entendimento de que precisa realizar uma contratação, poderá assim fazer, devendo, para tanto, apresentar as justificativas necessárias para a contratação, que podem ir de encontro ao entendimento de um ou outro servidor, sem que tal fato represente ilicitude ou falha na contratação.

Diante todo o exposto, dúvidas não restam da licitude do procedimento licitatório em questão, não havendo razões para crer em fraude a licitação com o direcionamento da mesma para a empresa vencedora.

2.6.k- Da ausência de danos ao erário:

Ao elaborar o relatório, o d. Analista do TCE concluiu erroneamente que houve danos ao erário, e, conseqüentemente, alertando para que tal fato seja levado em consideração na majoração da pena.

Tal conclusão foi em decorrência de um pagamento realizado pela prefeitura, no valor de R\$ 96.000,00 (noventa e seis mil reais), antes da suspensão contratual, afirmando que a despesa não teve retorno de utilidade ou benefícios públicos.

Ora, a ausência de utilidade ou benefícios públicos não podem recair na responsabilidade do representado que apresenta a presente justificativa. Isso, porque, a decisão foi tomada de forma colegiada pelo Gabinete de Crise.

De acordo com o contrato assinado, havia a previsão de 05 (cinco) fases de execução. Na medida em que o contrato fosse sendo executado, haveria a medição, conferência por parte do responsável pela secretaria, e pagamento.

Ao que consta nos autos, a contratada chegou sim a implantar o sistema, a realizar a execução da primeira e segunda fase, e por isso, no entendimento do representado e concomitantemente do Gabinete de Crise, a prestação do serviço aconteceu, e por isso houve pagamento da nota fiscal emitida, até mesmo porque, o não pagamento representaria o enriquecimento ilícito da prefeitura.

Fato este comprovado pela certidão de 21/12/2016 que por sua vez foi assinada pela Carolina de F. Lima Fonseca, Chefe de Seção de Apoio Administrativo da Secretaria Municipal de Governo: "Senhor Secretário, certificamos que as atividades realizadas (pagina 2) que constam do relatório de Serviços encaminhado pela EICON referente a implantação do GIEX ON LINE Fases 1 e 2, foram executadas. Ressalvamos que a medição poderá ser aceita desde que a Nota Fiscal seja emitida em nome de EICON CONTROLES INTELIGENTES DE NEGÓCIOS LTDA, CNPJ 53.174.058/0001-18, empresa com a qual foi firmado o contrato PMI/SMA/SUCON/61/2016. Colocando-nos à disposição para as informações que se fizerem necessárias, apresentamos nos cumprimentos."

Evidentemente que, para a concretização do benefício público, era preciso a conclusão das cinco fases, que não foi possível pelo fato da administração posterior (Mandato de 2017 a 2020) ter rescindido o contrato,

mesmo sendo adotadas todas as medidas necessárias a bom andamento do serviço contratado.

Não é razoável que a empresa prestasse serviço e ficasse sem receber pelo mesmo, vez que ficou provado pela documentação anexa, que a primeira e segunda faze foram implantadas.

Aliás, pode-se dizer que entendimento parecido consta no parecer exarado pela Central de Apoio Técnico do Ministério Público Estadual ao afirmar que existe proporcionalidade entre o período de execução contratual e o valor recebido pela Peticionária a título dos serviços prestados, bem como atesta que o pagamento relativo ao Subempenho nº 01/3629/2016 obedeceu aos ditames legais.

Portanto, não sendo o representado que apresenta esta justificativa o responsável pela contratação, mas sim o Gabinete de Crise, não havendo fraudes à licitação, tendo sido atestado à época que os serviços previstos nas fases 1 e 2 foram realizados pela contratada (documentação anexa), e que o contrato foi rescindido sem qualquer influência sua, é que não se pode falar em responsabilização do mesmo, quanto mais, dano erário com a consequente majoração das sanções.

Assim, considerando a ausência de danos ao erário, não há qualquer indício de improbidade, devendo ser extinto o presente processo, conforme precedentes sobre o tema:

ADMINISTRATIVO. IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA. AUSÊNCIA DE PROCESSO LICITATÓRIO. INEXISTÊNCIA DE DEMONSTRAÇÃO DE DANO AO ERÁRIO. IRREGULARIDADES SEM O QUALIFICATIVO DA IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA. 1. Pagamentos de passagens aéreas utilizada pelo IPEM/MG, em face de convênio com o INMETRO, sem respaldo contratual, nos exercícios de 2005 a 2007. 2. A sentença, todavia, afiançou que não há provas da efetiva lesão aos cofres públicos em decorrência da imputação. 3. Mesmo na ausência de licitação, houve a efetiva aquisição das passagens aéreas, em relação aos quais não houve prova de superfaturamento. 4. **A configuração da conduta improba demanda**

o elemento subjetivo do agente para a configuração da conduta ímproba, admitindo-se a modalidade culposa somente nas hipóteses de atos que acarretem lesão ao erário. A hipótese retrata atipicidade administrativa que não assume o qualificativo de ato de improbidade. 5. Não provimento da apelação. (TRF-1 - AC: 00348760820134013800 0034876-08.2013.4.01.3800, Relator: DESEMBARGADOR FEDERAL NEY BELLO, Data de Julgamento: 21/06/2017, TERCEIRA TURMA, Data de Publicação: 01/09/2017 e-DJF1)

RECURSO DE APELAÇÃO EM AÇÃO CIVIL PÚBLICA. IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA. DIRECIONAMENTO DE LICITAÇÃO AUSÊNCIA DE PROVA DE DANO AO ERÁRIO. Não houve qualquer irregularidade por parte da Administração Pública em lançar edital para construção de moradias populares em que havia exigência de fornecimento de terreno. Tal fato, por si só, não configura direcionamento da licitação. Sentença de improcedência mantida. Recurso desprovido (TJ-SP 00110087820018260053 SP 0011008-78.2001.8.26.0053, Relator: Marcelo Berthe, Data de Julgamento: 28/11/2017, 5ª Câmara de Direito Público, Data de Publicação: 28/11/2017)

Ou seja, ainda que eventualmente subsista alguma irregularidade formal, esta não invalida o procedimento, nem tampouco torna os representados desonestos ou desleais, pois ausente qualquer benefício indevido ou demonstração de danos ao erário público.

2.6.L- DA DESPROPORCIONALIDADE:

Ao tratar de processo sancionador no âmbito da Administração Pública, não podem deixar de lado o que dispõe a Lei nº 9.784/1999:

Art. 2º A Administração Pública obedecerá, dentre outros, aos princípios da legalidade, finalidade, motivação, razoabilidade, proporcionalidade, moralidade, ampla defesa, contraditório, segurança jurídica, interesse público e eficiência.

(...)

Parágrafo único. Nos processos administrativos serão observados, entre outros, os critérios de: (...)

VI - adequação entre meios e fins, vedada a imposição de obrigações, restrições e sanções em medida superior àquelas estritamente necessárias ao atendimento do interesse público.

Ou seja, qualquer penalidade a ser aplicada requer uma proporcionalidade adequada ao presente caso, com destaque:

a) Nenhum dano ou risco ao interesse público ficou evidenciado;

- b) Não ficou evidenciado qualquer benefício ou lucro aos representados;
- c) O histórico dos representados é irretocável.

Ademais, não há qualquer evidência de má fé dos representados, exigindo por parte da Administração Pública uma avaliação razoável conforme doutrina de Maria Silvia Zanella Di Pietro:

"Mesmo quando o ilegal seja praticado, é preciso verificar se houve culpa ou dolo, se houve um mínimo de má fé que revele realmente a presença de um comportamento desonesto." (in Direito Administrativo, 12ª ed., p.675)

Desta forma, mesmo que se demonstrasse comprovada alguma irregularidade, é crucial que seja observada a inexistência de má fé para fins de adequação da penalidade a ser imposta em observância aos princípios da proporcionalidade e razoabilidade.

Nesse sentido, para Joel de Menezes Niebuhr, a sanção deve estar intimamente atrelada às circunstâncias do ato, em observância ao princípio da proporcionalidade:

*"O princípio da proporcionalidade aplica-se sobre todo o Direito Administrativo e, com bastante ênfase, em relação às sanções administrativas. [...]. Ao fixar a penalidade, a Administração deve analisar os antecedentes, os prejuízos causados, a boa ou má-fé, os meios utilizados, etc. Se a pessoa sujeita à penalidade sempre se comportou adequadamente, nunca cometeu qualquer falta, a penalidade já não deve ser a mais grave. **A penalidade mais grave, nesse caso, é sintoma de violação ao princípio da proporcionalidade.**" (Licitação Pública e Contrato Administrativo. Ed. Fórum: 2011, p. 992);*

Portanto, demonstrada a boa-fé do representado, a ausência de dano, o histórico favorável, não há que se cogitar uma penalidade, quanto mais gravosa, devendo existir a ponderação dos princípios aplicáveis ao processo administrativo.



3- DA CONCLUSÃO:

Diante de todo o exposto, apresentam-se os esclarecimentos pertinentes para que, após a análise deste Tribunal, seja arquivado o presente feito, em razão da ausência de irregularidade capaz de macular a licitação e o contrato administrativo já assinado e executado.

Nestes termos, pede deferimento.

Itabira/MG, 17 de dezembro de 2020.


Adriano Oliveira Duarte
OAB/MG 99.657

Rejane Perucci
OAB/MG 146.856

Marco Antônio Perucci Ventura
OAB/MG 154.313

Mateus Filipe Perucci Ventura
OAB/MG 180.522